



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
CURSO DE FONOAUDIOLOGIA

Maria Júllia Sousa Cesar

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NO CONTEXTO
ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DO TEACCH, ABA E DIRFLOORTIME**

GOIÂNIA

2021

Maria Júlia Sousa Cesar

A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a ser utilizado como critério parcial de aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof. Ms Larissa Toschi

GOIÂNIA

2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e força.

Ao meu pai, Laerte Marinho, minha mãe Márcia Adriana De Sousa, e avó Maria Ubaldina De Sousa pelo amor e apoio. A vocês todo meu amor e a minha gratidão

Ao meu noivo Lucas Do Couto, que compartilhou comigo este momento tão esperado, agradeço todo incentivo.

A minha orientadora Larissa, pelo o suporte, paciência e ensinamentos.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa etapa decisiva, o meu muito obrigado!



ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos catorze dias do mês de dezembro de 2021, às 11 horas, em sessão pública na sala multiuso da área 4 da PUC Goiás, na presença da Banca Examinadora presidida pela Professora LARISSA SEABRA TOSCHI e composta pelos examinadores:

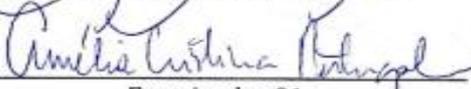
1. Amélia Cristina Portugal
2. Sandra de Freitas Paniago

A aluna:

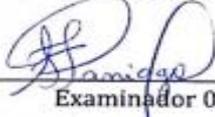
MARIA JULIA CESAR SOUSA apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR" como requisito curricular indispensável para integralização do Curso de Bacharelado em Fonoaudiologia. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela aprovação do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente às alunas e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.



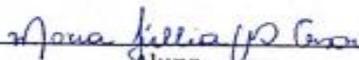
Presidente da Banca Examinadora



Examinador 01



Examinador 02



Aluna

RESUMO

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento caracterizado por barreiras à comunicação, interação, comportamentos com interesses restritos e repetitivos. Dentre os pontos envolvidos no tratamento de um indivíduo com TEA, a fim de expandir o desenvolvimento social e potencial comunicativo, é sugerido que estes estejam em grupos de crianças típicas, na escola regular. Entretanto, receber uma criança atípica no ambiente escolar pode demandar inúmeras adaptações e necessitar apoio especializado.

Objetivo: Descrever como o método Teacch, a Análise Aplicada do Comportamento (ABA) e o modelo DIR/Floortime podem contribuir para a inclusão do aluno com TEA no ambiente escolar. **Método:** Revisão bibliográfica de 22 artigos pesquisados nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, PubMed, CoDAS, Portal de Periódicos CAPES, publicados no período de 2003 a 2021. **Resultados:** As três vertentes citadas anteriormente promovem a inclusão da criança com TEA e consideram as particularidades de cada criança. O programa TEACCH é altamente estruturado e combina diferentes materiais visuais para melhorar a linguagem, estudar e reduzir comportamentos inadequados. A ABA propõe um plano de ensino de habilidades comportamentais com base na análise comportamental aplicada no ambiente natural, que é útil para o desenvolvimento nas áreas da comunicação, interação social, habilidades acadêmicas e de vida diária. O modelo DirFloortime enfatiza o envolvimento e participação da família. “Family First” (família em primeiro lugar) na base da intervenção, bem como diferentes especialidades de tratamento (integração sensorial), expressão e integração na estrutura educacional. **Considerações finais:** A inclusão de crianças com TEA proporciona não apenas o aprendizado inestimável de todos os alunos e o respeito às diferenças, como também o crescimento de toda equipe responsável pelo caso. A relação entre escola e equipe multidisciplinar é essencial para que se obtenha acesso às estratégias traçadas, em conjunto com o apoio familiar.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, inclusão, Teacch, ABA e DirFloortime.

ABSTRACT

Introduction: Autism Spectrum Disorder (ASD) is a developmental disorder characterized by barriers to communication, restricted and repetitive behaviors or interests. Among the points involved in treating an individual with ASD, in order to expand social development and communicative potential, it is suggested that these are in groups of typical children, at school as early as possible. However, receiving an atypical child in the school environment may require numerous adaptations and needs specialized support. **Objective:** To describe how the Teacch method, Applied Behavior Analysis and the DIR/Floortime model can contribute to the inclusion of students with ASD in the school environment. **Method:** Literature review of 22 articles in Scielo, Google Scholar, PubMed, CoDAS, Portal de Periódicos CAPES databases, published from 2003 to 2021. **Results:** The three aspects mentioned above promote the inclusion of children with ASD and consider the particularities of each child. The TEACCH program is highly structured that combines different visual materials to improve language, study and reduce inappropriate behaviors. ABA proposes behavioral skills teaching plan based on behavioral analysis applied in the natural environment, which is useful for development in the areas of communication, social interaction, academic skills and daily life. The DirFloortime model emphasizes family involvement and participation. “Family First” (family first) at the base of the intervention, as well as different treatment specialties (sensory integration), expression and integration in the educational structure. **Final considerations:** The inclusion of

children with ASD provides not only invaluable learning for all students, and respect for differences, but the growth of the entire team responsible for the case. The relationship between the school and the multidisciplinary team is essential to gain access to the outlined strategies, together with family support.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder, inclusion, Teachch, ABA and DirFloortime.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento ao longo da vida caracterizado por barreiras à comunicação e interação social mútua, bem como comportamentos ou interesses restritos e repetitivos. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION APA, 2014).

Na última classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V (APA, 2014), o autismo é descrito como um transtorno do neurodesenvolvimento denominado transtorno do espectro autista (TEA). Os distúrbios da comunicação social e o desempenho de padrões restritos de comportamento e interesse são as principais características desta condição, com a incidência em homens maior que em mulheres.

Na maioria dos casos, o autismo é idiopático. Williford *et al* (2008) revelam que, assim como a gravidade do autismo e a combinação dos sintomas são diferentes, as causas podem ser múltiplas. A maior parte das evidências científicas disponíveis hoje mostra que uma combinação de inúmeros fatores pode levar ao autismo, desde o efeito cumulativo de múltiplos componentes genéticos até a tendência indeterminada a danos causados pela exposição ambiental, tais como prematuridade, uso de antidepressivos durante a gestação e déficit de vitamina D materna. A duração dessas exposições durante o desenvolvimento infantil (antes, durante ou após o nascimento) também pode desempenhar um papel no desenvolvimento ou na manifestação final da doença.

Embora obviamente importantes, os fatores genéticos não funcionam sozinhos. Nogueira *et al* (2019) afirmam que seus efeitos são levados por condições de risco ambientais, abrangendo idade avançada dos pais na fecundação, extrema omissão com os filhos, exposição a certos medicamentos durante o período gestacional, não realizar o pré-natal, parto prematuro e baixo peso ao nascer. O TEA tem início nos primeiros anos de vida, mas sua via inicial não é consistente. Em poucas crianças os sintomas são perceptíveis após o nascimento. Na maioria dos casos, os sintomas de TEA só aparecem entre 12 e 24 meses de idade.

Os autores (*op cit.*) sugerem como sinais sugestivos do primeiro ano de vida: perda de habilidades adquiridas (como balbuciar ou gestos instrutivos com as mãos contato visual ou

sorrisos sociais); não se voltar para ruídos e sons do ambiente; objetos serem mais interessantes que pessoas; não seguir objetos próximos e pessoas em movimento; fazer pouco ou nenhum som; não aceitar toque; não responder ao próprio nome; pouca habilidade de imitação; baixa frequência de sorriso e reciprocidade social e participação social limitada (raramente ativo e baixa disponibilidade responsiva); interesses incomuns (como obsessão por estímulos sensorio-visuais-motores; distúrbio do sono moderado ou grave; irritável no colo, e quase nenhum contato durante a amamentação).

Crianças com TEA apresentam também uma variedade de manifestações no desenvolvimento, como comprometimentos nos aspectos emocionais, sensoriais, motores, cognitivos, de linguagem e sociais afetados pelo transtorno, explica Leal (2018).

Embora haja fortes evidências de presença do TEA por volta dos 18 meses, Mello (2007) explica que o diagnóstico antes dos 24 meses raramente é conclusivo, e que a idade média mais comum para estabelecer um diagnóstico é acima de 30 meses. Determinar o transtorno precocemente é importante para poder iniciar intervenções educacionais especializadas o mais rápido, assim tendo um melhor prognóstico possível.

Nogueira *et al* (2019) relatam que a melhor conduta é a intervenção precoce e deve ser iniciada assim que houver suspeita ou diagnóstico da equipe interdisciplinar. Inclui um conjunto de tratamentos que visam expandir o desenvolvimento social e o potencial de comunicação das crianças, proteger a função intelectual, reduzir os danos, melhorar a qualidade de vida, e orientar as competências autônomas, e ainda reduzir a ansiedade e despesas familiares através de tratamentos não fundamentados cientificamente.

Embora não haja perspectiva de cura para o autismo, Nunes e Rodrigues (2014) afirmam que os sintomas podem ser minimizados por meio de programas de tratamento psicoeducacional. As autoras enunciam sobre pesquisas que indicam que intervenções para crianças em idade pré-escolar (o mais precocemente possível) tendem a produzir dados mais promissores do que programas envolvendo indivíduos maiores.

Dentre os pontos envolvidos no tratamento de um indivíduo com TEA, a fim de expandir o desenvolvimento social e potencial comunicativo, é sugerido que estes estejam em grupos de crianças típicas, na escola o mais cedo possível. Entretanto, receber uma criança atípica no ambiente escolar pode demandar inúmeras adaptações e necessita apoio especializado.

Contudo, sabe-se que a Constituição Federal determina que a educação de qualidade é um direito de todos. O art. 205 define a educação como direito de todas as pessoas e obrigação do estado e da família. É preciso adequar a estrutura e a modalidade educacional do espaço

escolar para garantir que crianças que não apresentam desenvolvimento típico usufruam dos direitos legais desse espaço de aprendizagem, além de adequar currículo.

Dessa maneira, o objetivo deste estudo foi descrever como o método Teacch, a Análise Aplicada do Comportamento e o modelo DIR/Floortime podem contribuir com a inclusão do aluno com TEA no ambiente escolar.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão bibliográfica de literatura. Inicialmente, buscou-se ferramentas teóricas para estabelecer conceitos em torno do Transtorno do Espectro Autista, e das abordagens Teacch, ABA e DirFloortime no ambiente escolar.

Posteriormente foi realizada uma busca nas bases de dados: Scielo, Google Acadêmico, PubMed, CoDAS, Portal de Periódicos CAPES, a partir das seguintes palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Teacch, ABA, DirFloortime, escola e inclusão.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos em língua portuguesa, inglesa e espanhola publicados entre 2003 a 2021. Foram encontrados 30 artigos e, considerando tais critérios, selecionados 23 artigos.

Após o estudo dos 23 artigos selecionados, foram estipulados como unidade de análise os itens: *inclusão; Teacch e a inclusão da criança autista; ABA e a inclusão da criança autista; DirFloortime e inclusão da criança autista.*

RESULTADOS

Inclusão

Souza e Bastos (2019) explicam que há alguns anos, quem não atendia aos padrões "normais" não seria aceito pela sociedade e, portanto, não poderia sequer estar em uma escola. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu que todas as pessoas tenham o direito de receber educação, independentemente de suas especificidades. Este marco significa que uma mudança de paradigma, pois estes alunos passaram a ingressar na sala de

aula e usufruir dos mesmos direitos dos demais colegas, e passou-se a conhecer a diversidade no ambiente escolar (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

A Declaração de Salamanca, em 1994, modifica o cenário geral sobre a inclusão e determina que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Além disso, atesta que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas e que os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) em 1996 reafirma o direito destas pessoas à educação, e determina os princípios da educação e os deveres do Estado assim atendendo educandos atípicos preferencialmente no ensino regular.

Um novo conceito de educação e sociedade é completado pela vontade pública, e o sistema educacional deve aceitar tal decisão. Segundo o Ministério da Educação (2005), para promover a transformação do modelo de relacionamento interno da escola, os profissionais também devem assumir a tarefa de refletir e pensar coletivamente. Em outras palavras, todos os agentes da instituição devem se considerar gestores e técnicos da educação inclusiva.

Neste contexto, a atuação social e profissional desses agentes deve ser apoiada por uma rede de ações interdisciplinares que se entrelaçam com as necessidades educacionais especiais dos alunos.

De maneira geral, o Documento Subsidiário à Política e Inclusão (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005) relata que as escolas devem estar cientes da existência de legislações que tratam da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigação de disponibilizá-las uma vaga. A equipe gestora deve respeitar e garantir a admissão destes alunos, indicando o apoio à política inclusiva. O documento aponta que existem alguns obstáculos, devido à falta de apoios necessários, como a falta de definições mais estruturais de educação especial e suporte necessário para a implementação.

Em relação às sugestões didáticas, o Documento Subsidiário à política e inclusão (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005) ressalta a importância da flexibilidade curricular para viabilizar o processo inclusivo. Para que os profissionais se tornem facilitadores, os ajustes curriculares precisam ser considerados no contexto do grupo de alunos específicos.

No que diz respeito à inclusão de alunos com autismo, Souza e Bastos (2019) mencionam que as pessoas com autismo e suas famílias têm realizado notáveis conquistas na proteção de seus direitos. A Lei nº 12.764, promulgada em 27 de dezembro de 2012, formulou

a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA para estabelecer diretrizes para sua realização. A lei também alterou 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e conferiu aos servidores com deficiência o direito a tempo especial, o que se aplica aos servidores com cônjuge deficiente ou filhos dependentes (BRASIL 2012).

No ambiente escolar, segundo Souza e Bastos (2019), a permanência dessas crianças é pautada por legislações e políticas inclusivas, situação que requer a reorganização administrativa para receber alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA) com qualidade educacional. Essas pessoas exigem do poder público um melhor exercício dos direitos sociais, como saúde, educação, assistência social, bem como uma atitude acolhedora e menos discriminatória da sociedade. Tais direitos, quando garantidos no cotidiano dessas pessoas, objetivam de proporcionar-lhes pleno exercício de seus direitos civis e liberdades fundamentais, de forma a alcançar a tolerância social plena e justa para com essas pessoas.

Do ponto de vista social, Bastos e Souza (2019) relatam que a inclusão é obviamente um processo relacionado ao reconhecimento e aceitação verdadeira das diferenças na construção de uma sociedade mais igualitária. Para Sasaki, (1999, apud SOUZA E BASTOS, 2019) a inclusão se configura como um processo social que se dá gradativamente em todo o mundo e tem se mostrado mais efetivo a partir da década de 1950. A característica dessa situação é que o meio ambiente e a forma de pensar de todas as pessoas (incluindo as pessoas com deficiência nesse processo) passaram por grandes ou pequenas mudanças, contribuindo para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Deste modo, dada a sua heterogeneidade, o público com TEA necessita de um sistema de ensino, ou de uma escola que considere dois traços importantes: a diversidade e a individualidade (Rivière 2004, apud SOUZA E BASTOS 2019). Portanto, os autores relatam que o ambiente escolar necessita características que são básicas para atender o público com TEA e que estão relacionadas à compreensão das diferenças do cotidiano escolar.

Para um atendimento de qualidade, Moraes *et al* (2018) relatam que a equipe escolar precisa estar preparada para cumprir os requisitos do processo inclusivo, proporcionar educação continuada aos seus profissionais e colaborar com as famílias e demais profissionais internos e externos envolvidos no processo. Souza e Bastos (2019) acreditam nessa ideia e acrescentam que essa reorganização deve partir da busca de atendimentos das necessidades dos alunos, de acordo com suas características pessoais, sociais e culturais, visando acolher as diferenças em seu cotidiano.

Como outros transtornos de desenvolvimento, Cantieri *et al* (2014) esclarecem que crianças com TEA necessitam de um apoio educacional único em razão de suas condições clínicas, comportamentais, cognitivas, de linguagem e de adaptação social. Frequentemente, eles precisam de ajustes de curso e estratégias de gestão adequadas. Quando as necessidades educacionais das crianças com TEA são atendidas, o espectro da doença pode garantir que elas alcancem nível universitário (principalmente aqueles sem deficiência intelectual) e qualidade de vida (dos indivíduos e das famílias).

No campo da educação, o conceito de tolerância corresponde à capacidade da escola em lidar de forma eficaz com as diferenças de aprendizagem dos alunos, exigindo um espaço de comunicação propício ao comportamento de ensino e aprendizagem (Figueiredo 2010, apud SOUZA E BASTOS 2019).

Além disso os autores (*op cit.*) esclarecem que as pessoas que possuem TEA terão direito a acompanhantes especiais, se necessário. Espera-se que a gestão escolar ou as autoridades competentes enfrentem penalidades financeiras caso se recusem a matricular alunos com TEA ou qualquer outro tipo de deficiência. A possibilidade de perder posições em caso de reincidência é assegurada por investigações administrativas, opositores e defesas adequadas.

Portanto, para Marambio, Jaramillo e Quiroz (2016) é necessário que as instituições ofereçam modelos de ensino especiais para todas as crianças que precisam atender às suas necessidades no processo de aprendizagem, pois, conforme mencionado nos parágrafos anteriores, nem todos cumprem ou respondem aos parâmetros educacionais esperados da mesma maneira.

Teacch e a inclusão da criança autista

O programa educacional de ensino TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças com Autismo e Distúrbios da Comunicação Relacionados) consiste em um sistema baseado na visão. É um programa altamente estruturado que combina diferentes materiais visuais para melhorar a linguagem e reduzir comportamentos inadequados. Áreas e recipientes de cores diferentes são usados para orientar as crianças, por exemplo, para onde elas vão em um determinado horário e a sequência correspondente de atividades na escola durante o dia.

Segundo Souza e Bastos (2019), no âmbito das intervenções para pessoas com TEA, o método TEACCH é uma forma de educação que envolve o tratamento clínico, mas também integrado na prática de intervenção na educação.

O TEACCH foi desenvolvido na Universidade da Carolina do Norte (EUA) em 1966 pelo Dr. Eric Schopler e seus colaboradores, por meio de um projeto de pesquisa na academia (Schopler et al., 1984 apud SOUZA E BASTOS 2019). Os autores (*op cit.*) enunciam que o princípio básico deste método é o ensino estruturado, que busca sistematizar e organizar o ambiente e as atividades e rotinas como meio de orientar a criança e ensinar-lhe novas habilidades. Ferreira (2016) acrescenta que estas são de forma independente, autônoma e funcional.

A teoria do Behaviorismo e a Psicolinguística, segundo Ribeiro (2016), inspiram bases epistemológicas do método TEACCH. Na terapia comportamental, é essencial construir um ambiente e usar intensificadores para aumentar a frequência de comportamentos ideais enquanto na Psicolinguística, o uso de imagens visuais produz a comunicação. Inicialmente, a linguagem não verbal vai ganhando significados por meio da internalização da experiência e, gradativamente a criança desenvolve a comunicação, que pode ser expressa na forma oral, gestual ou escrita. Na terapia de ensino, a linguagem receptiva e a linguagem expressiva são realizadas ao mesmo tempo. Ao usar cartões com fotos, desenhos, símbolos ou objetos específicos, com base na dificuldade de entender o espaço (o que e onde ela estará), a criança com autismo pode prever os movimentos e estruturas físicas a serem desenvolvidas.

A estrutura do método TEACCH inclui: *a organização das áreas físicas*, em que a disposição dos móveis fornece aos alunos pistas visuais para que possam se mover de forma independente no espaço, evitando distrações, e dando-lhe a oportunidade de identificar e fornecer a função de cada área; *o uso de rotinas do calendário*, que mostra de forma intuitiva as rotinas programadas dos alunos e auxilia na transição de forma independente entre as atividades que devem ser realizadas (portanto, as instruções visuais do calendário pessoal dependerão do nível de compreensão e comunicação dos alunos); e *métodos de ensino rotineiro*, pois o posicionamento sistemático e sequencial das atividades é essencial, a fim de evitar muitas instruções verbais (RIBEIRO, 2016).

Bosa (2016) acrescenta que tais estratégias ajudam a minimizar ou evitar problemas comportamentais subsequentes, porque as crianças aprenderão rapidamente que seu comportamento pode ser usado como um meio de controlar o ambiente.

Do ponto de vista educacional, Souza e Bastos (2019) mencionam que o método TEACCH é bastante utilizado com foco nas habilidades de ensino, incentivando a comunicação, a organização e o compartilhamento social. Ao focar nos pontos fortes das características dos sujeitos com TEA (processamento visual, memória rotineira e interesses pessoais), oferece o suporte necessário para o desenvolvimento bem-sucedido desses sujeitos.

O método TEACCH é por isso amplamente utilizado e tem obtido bons resultados no processo de aprendizagem de alunos em TEA, pois é um método de ensino estruturado que estimula as crianças a aprender por repetição e organização e a cultivar sua independência na fase adulta afirma Souza e Bastos (2019).

ABA e a inclusão da criança autista

A terapia Análise do Comportamento Aplicada, (ABA) é a ciência que avalia, explica e muda o comportamento. O princípio do reflexo condicionado operacional como base teórica é determinado por Burrhus Frederick Skinner (1904-1990). Aos olhos do condicionamento operacional, o comportamento é aprendido durante a interação entre o indivíduo e o ambiente físico ou social, explicam Anadão, Rocha e Cordeiro (2020), a fim de aumentar ou reduzir comportamentos apropriados e inadequados, acrescenta Ribeiro (2016).

A ABA nasceu nos Estados Unidos e é fundamentada por um tripé: pesquisa básica, aplicada e teórica, afirmam Cantieri *et al* (2014). A pesquisa básica procura responder os questionamentos científicos, a pesquisa aplicada demanda uma intervenção sobre as questões sociais e a pesquisa teórica constrói opiniões a respeito dos comportamentos.

Os analistas do comportamento têm como objetivo ensinar habilidades que as crianças não possuem e redirecionar as que possui. Sua prática, relatada por Anadão, Rocha e Cordeiro (2020), acontece ao dividir as instruções passo a passo para atividades e usar reforços quando a criança exibe um comportamento adequado. Moraes *et al* (2018) acrescentam que a ABA propõe um plano de ensino de habilidades comportamentais com base na análise comportamental aplicada no ambiente natural, que é útil para o desenvolvimento nas áreas da comunicação, interação social, habilidades acadêmicas e de vida diária.

Com a ABA, o comportamento pode ser previsto e assim mudar sua consequência. Anadão, Rocha e Cordeiro (2020) enunciam que seu princípio básico encontra-se em valorizar as consequências e dar reforços. A frequência dos comportamentos aumenta e através deste

efeito os profissionais podem estimular o desenvolvimento das crianças. Os analistas do comportamento precisam intervir e tentar analisar toda a complexidade do comportamento alvo funcionalmente. Para os analistas, o aprendizado é pessoal e único, e o é avaliado por meio de registros e procedimentos.

Para Cantieri *et al* (2014), a ABA contribui significativamente para a adaptação psicossocial através do Ensino Programático de Análise Comportamental. Os dois princípios básicos da análise do comportamento aplicada são: Compreender o comportamento como a relação entre os eventos: o próprio comportamento e os eventos ambientais chamados de estímulos preemptivos (antes do comportamento) e eventos subsequentes (seguir o comportamento e manter uma relação funcional com o comportamento). Para mudar o comportamento, é necessário intervir e mudar o ambiente (estímulos anteriores e posteriores) do indivíduo.

A principal característica do programa ABA é a utilização de trocas para obter resultados. Gonçalves (2011) menciona que, com o tempo, as consequências naturais do próprio comportamento permitem que os alunos continuem aprendendo. As habilidades geralmente ensinadas em situações individuais são comportamentos sociais (como contato visual e comunicação funcional) comportamentos acadêmicos (como leitura, escrita matemática) e higiene. A redução de comportamentos, como agressão, estereótipos, automutilação, agressão verbal, também faz parte da terapia comportamental porque esses comportamentos podem interferir no desenvolvimento e integração de indivíduos com diagnóstico de autismo. Os professores ajudam os alunos a solicitar suporte, aprender sem erros e repetir muitas vezes em diferentes ambientes e situações.

DirFloortime e a inclusão da criança autista

Desenvolvido pelos americanos Stanley Greenspan e Serena Vader, o modelo DirFloortime é resultado de anos de observação e pesquisa sobre o desenvolvimento infantil desde a década de 1950, revela Gonçalves (2011). É baseado no desenvolvimento funcional das crianças em suas diferenças individuais e relacionamentos. Visa estabelecer a base para o desenvolvimento das habilidades sociais, emocionais, sensoriais e intelectuais das crianças, ao invés de enfatizar os comportamentos isolados.

O D.I.R. (modelo baseado no Desenvolvimento, nas Diferenças Individuais e nas Relações) é um modelo de intervenção que demonstra resultados animadores. É mencionado

por Roncon (2003) como um modelo de intervenção intensiva e global, que articula a abordagem do Floortime (tempo no chão) com o envolvimento e participação da família. “Family First” (família em primeiro lugar) na base da intervenção, bem como diferentes especialidades de tratamento (integração sensorial), expressão e integração na estrutura educacional. Leal (2018) acrescenta que, quanto a educação o modelo considera que o aluno é ativo e agente, sua aprendizagem é significativa e contextualizada de acordo com suas necessidades e seu cotidiano. O conhecimento deve ser construído, não apenas memorizado.

A teoria básica mencionada por Leal (2018) sustenta a prática baseada no modelo DIR, que preconiza que o crescimento das crianças na escala e desenvolvimento ocorre por meio das interações. Portanto, analisar a relação estabelecida pela criança é importante para compreender seu desenvolvimento e despertar as potencialidades de sua família em particular, de forma a dar o melhor suporte à criança e mostrar suas melhores qualidades e habilidades. O DirFloortime tem dois objetivos principais: seguir a liderança da criança ou usar seus interesses naturais e trazer a criança para um mundo compartilhado.

É neste contexto que novas perspectivas foram introduzidas e paradigmas mais naturais e espontâneos, como o modelo DIR, foram defendidos (LEAL, 2018; LIN, 2014).

Este modelo implica raciocínio diferenciado para a compreensão do desenvolvimento das habilidades acadêmicas. Leal (2018) afirma que uma vez que esta sugestão visa essa compreensão, ao invés de permitir que as crianças apenas preencham formulários mecanicamente, os professores apoiam o processo de desenvolvimento para que, ao ensinar, as crianças realmente demonstrem sua compreensão do que está sendo ensinado. O processo de desenvolvimento necessário para o processo de aprendizagem das crianças não será ignorado.

A oferta do modelo, segundo o autor (*op cit.*), deve ocorrer em um currículo que também proporcione o desenvolvimento infantil, ajudando a fechar as lacunas de desenvolvimento, pensamento e compreensão. A promoção do desenvolvimento infantil deve ser realizada antes ou ao mesmo tempo que a pesquisa acadêmica. Do ponto de vista ideal, a educação infantil ocupa uma posição estratégica no desenvolvimento, a fim de lançar as bases para toda a vida acadêmica futura nos demais níveis de ensino.

DISCUSSÃO

Após conhecer as vertentes estudadas neste trabalho é possível compreender suas contribuições para que a inclusão de uma criança autista ocorra da melhor maneira possível.

É correto afirmar que, assim como cada corrente de estudo atesta, os planos devem ser individualizados e aprofundados a partir das particularidades de cada caso. E este é um ponto em comum encontrado nas três metodologias estudadas.

A rotina escolar é comumente exaustiva, por isso é relevante levar em consideração a possibilidade de um apoio. Bastos e Souza (2019) esclarecem que as pessoas que possuem TEA terão direito a acompanhantes terapêuticas, se necessário.

A presença e o trabalho de acompanhantes terapêuticos ou educadores, no ambiente escolar, deve seguir uma perspectiva de atuação. Por isso, conhecer a contribuição de cada uma delas pode contribuir é de fundamental importância para todos os profissionais que lidarão com este aluno.

Este trabalho explicitou, de uma maneira inicial, pontos significativos de metodologias que contribuem para o processo de inclusão de uma criança autista no ambiente escolar. Contudo, trata-se de um texto inicial para que as pessoas envolvidas neste processo de inclusão possam, posteriormente, buscar um contato mais aprofundado com cada uma das vertentes, bem como conhecer os benefícios de cada uma delas.

O programa TEACCH enfatiza que o apoio visual é importante para a organização da rotina, facilitando com que o professor tenha direcionamento e, na ausência de um responsável, a criança consiga se organizar.

Sabe-se que a Análise Comportamental Aplicada detém um enorme número de pesquisas que comprovam a modulação e comportamentos pode auxiliar muito a inclusão de pessoas com autismo. Este conhecimento possibilita diminuir comportamentos inadequados. Gonçalves (2011) menciona que, com o tempo, as consequências naturais do próprio comportamento permitem que os alunos continuem aprendendo, que o certamente mudará o dia-a-dia em uma sala de aula.

No DirFloortime a família e/o terapeuta respeitam a liderança da criança ao mesmo tempo em que estabelecem maiores contribuições em capacidades sociais, emocionais e intelectuais. Traz consigo em uma das bases de intervenção a auto regulação através da integração sensorial. Leal (2018) relata que, quanto a educação o modelo considera que o aluno é ativo e agente, sua aprendizagem é recíproca intencional e contribui para a construção da comunicação com o mundo compartilhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de pretender esgotar o tema “inclusão da pessoa com TEA”, este estudo buscou apresentar metodologias que se ocupam do fenômeno “inclusão”, cujo aprofundamento poderá, certamente, contribuir e facilitar o processo de inclusão destas crianças no contexto escolar.

Entretanto, como foi ressaltado ao longo deste trabalho, a inclusão envolve muitos personagens. Para que aconteça de maneira eficaz, a família, a escola, os professores e profissionais deverão, juntos, definir os melhores recursos para alcançar este objetivo comum. E, para tanto, é impossível avançar sem examinar com cautela a complexidade e as possibilidades de cada criança.

E, para a Fonoaudiologia, a importância de conhecer diversos modelos que possibilitam a inclusão de uma criança atípica faz com o que o profissional possa realizar orientações assertivas para auxiliar o professor, a escola e a família.

A inclusão de crianças com TEA proporciona não apenas o aprendizado inestimável de todos os alunos, e o respeito às diferenças, como também o crescimento de toda equipe responsável pelo caso. A relação entre escola e equipe multidisciplinar é essencial para que se obtenha acesso às estratégias traçadas, em conjunto com o apoio familiar.

REFERÊNCIAS

ANADÃO, N.; ROCHA, L.; CORDEIRO, E. **Análise do comportamento aplicada e sua importância no treinamento de pais de crianças com TEA**. 2020. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/200599169-Analise-do-comportamento-aplicada-e-sua-importancia-no-treinamento-de-pais-de-criancas-com-tea.html>>. Acesso em: 09 set. 2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, p. S47-S53, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500007>>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Decreto **lei – nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

CANTIERI, C. et al. **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores**. São Paulo: Memnon, 2014. *E-book*. 54 p. Disponível em: <<http://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/3155.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2021.

DIAS, N. dos S. Autismo: estratégias de intervenção no desafio da inclusão no âmbito escolar, na perspectiva da análise do comportamento. **Psicologia.pt**, 2017. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0423.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

DUARTE, V. et al. **Cartilha autismo e educação**. São Paulo: Autismo & Realidade, 2013. *E-book*. 84 p. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/aa_ppdeficiencia/aa_ppd_autismo/aut_di_versos/Cartilha-AR-Out-2013%20-%20autista%20na%20escola.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

FERREIRA, P. P. T. **A inclusão da estrutura TEACCH na educação básica**. Frutal: Editora Prospectiva, 2016. *E-book*. 69 p. Disponível em: <<https://www.academica.org/editora.prospectiva.oficial/24.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

GONÇALVES, A. D'A. **Os modelos de intervenção são eficazes para melhorar a inclusão de crianças com autismo**. Dissertação (Mestrado em Necessidades Educativas Especiais) – Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2011.

LEAL, A. R. G. **Modelo DIR/Floortime**: bases teóricas para a inclusão de crianças com autismo na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

LIN, L.-Y. et al. Home-based DIR/Floortime™ intervention program for preschool children with autism spectrum disorders: preliminary findings. **Physical & Occupational Therapy in Pediatrics**, v. 34, n. 4, p. 356-367, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.3109/01942638.2014.918074>>. Acesso em: 09 set. 2021.

MARAMBIO, P. V.; JARAMILLO L. D.; QUIROZ P. A. **Relación entre la Organización Conductual y el Desempeño Ocupacional, en niños de 3 a 5 años con Trastorno del Espectro Autista, evaluados en base al modelo DIR Floortime, en el contexto escolar en la Fundación San Nectario**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) – UNIVERSIDAD ANDRES BELLO, 2016. Disponível: <http://repositorio.unab.cl/xmlui/bitstream/handle/ria/4298/a119091_Arias_Quiroz_P_Relacion_entre_la_organizacion_conductual_2016_Tesis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 out. 2021.

MELLO, A. M. S. R. de. **Autismo**: guia prático. 7 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. *E-book*. 69 p. Disponível em: <http://www.aionpsicologia.com/artigos/7guia_pratico_autismo.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

MORAES, R.; SILVA. M. J. das N. L. da. **A importância da análise do comportamento aplicada (ABA) no contexto escolar**. Anais III CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44148>>. Acesso em: 14 out. 2021.

NOGUEIRA, M. et al. **Transtorno do Espectro Autista**: manual de orientação. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. 2019.

NUNES, D. R. P.; RODRIGUES, E. A. Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**: v. 22, n. 84, p. 1-14, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898092.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

RIBEIRO, E. **Um estudo sobre as propostas de intervenção com crianças autistas em sala de aula**. V. 2. Paraná, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO – SUED DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DPPE PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE, 2016. *E-book*. 19 p. Disponível: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospe/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uenp_elzamarialves.pdf>. Disponível em: 10 out. 2021.

RONCON, P. et al. Programa clínico para o tratamento das perturbações da relação e da comunicação, baseado no Modelo D.I.R. **Análise Psicológica**, v. 21, n. 1, p. 31-39, 2003. Disponível em: <<https://www.appda-norte.org.pt/docs/autismo/dir-floor-time.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2021.

SILVEIRA, A. L.; CARVALHO, E. L. L. Programa TEACCH uma alternativa de trabalho para a educação escolar do autista: relato de caso. **Departamento de Psicologia das Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO/FEMM**, 2016. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2016/pdf/11_06.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

SOUZA, D. C.; BASTOS, R. P. A prática do ensino estruturado no modelo TEACCH face à inclusão escolar do educando com TEA. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, v. 2, n.4, p. 294-312, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/5322/4937>>. Acesso em: 13 out. 2021.

WILLIFORD, Kristi et al. **Manual para as escolas**. Autismo & realidade, 2008. *E-book*. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/Manual_para_as_Escolas.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

